



VILAREALSTºANTONIO

1  
Hélic6sl.  
K

## ATA Nº. 26/2017

Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 16 de novembro de 2017.

Aos dezasseis dias do mês de novembro de 2017, em Vila Real de Santo António, na Sala Marquês de Pombal da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Presidente, Maria da Conceição Cipriano Cabrita, comigo, Hélia Marina Mestre Valente da Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, compareceram, pelas 16.00 horas, os Srs. Vereadores Luis Miguel Guerreiro Romão, Carla de Fátima Leiria Sabino Viegas, Rui Carlos Piloto Pires, António Maria Farinha Murta, Cristina Nogueira Mira e Álvaro Filipe Madeira Leal, a fim de se realizar a reunião extraordinária a que se refere o artigo 41.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da unanimidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017;
- ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018;
- MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2018;
- FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS;
- PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS;
- LANÇAMENTO DA DERRAMA;
- TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM

- REPARAÇÕES A EFETUAR NA EMPREITADA DE CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - ACIONAMENTO DE CAUÇÕES;
- REPARAÇÕES NA EMPREITADA DA ESCOLA DE SANTO ANTÓNIO - ACIONAMENTO DE CAUÇÕES;
- REGULAMENTO INTERNO DE IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS;
- COEFICIENTE DE ATUALIZAÇÃO DE RENDAS PARA VIGORAR EM 2018;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, DE GESTOR LOCAL DE ENERGIA – RENOVAÇÃO 2017 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

O Sr. Vereador Álvaro Leal referiu que considera uma falta de respeito pelo eleitores do Concelho, convocar os membros da Câmara Municipal para participar numa reunião em que se discutem documentos de importância fundamental para a gestão do Concelho, sem lhes dar o mínimo de condições para analisarem os documentos.

Entendemos que esta reunião está mal convocada, não respeita o período de antecedência mínima de dois dias úteis, conforme o nº. 2 do artigo 6º. do Regimentos da Câmara Municipal, ou mesmo as 48 horas, de acordo com o disposto no nº. 3 do artigo 24º. do Decreto-Lei nº. 4/2015 (CPA), pelo que todas as deliberações hoje tomadas, serão, por nós, consideradas nulas e de efeito nenhum e contestáveis a qualquer momento.

Este tipo de convocatória, no início do mandato, dá uma ideia muito desrespeitosa para com a democracia e revela a continuidade dos traços de autoritarismo a que fomos sujeitos durante os últimos doze anos.

Solicitou que a reunião extraordinária fosse remarcada.

Pelos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, foi apresentada uma declaração, documento que fica anexo ao final da ata.

O Sr. Vereador António Murta solicitou que as convocatórias para as próximas reuniões sejam feitas por correio e não por email.

A Sra. Presidente informou que a presente reunião extraordinária foi convocada dentro do prazo legalmente estabelecido, tendo em atenção a marcação da sessão da Assembleia Municipal, viabilizando a apresentação de assuntos fundamentais ao funcionamento da Câmara Municipal e no respeito pelo superior interesse dos Munícipes.

Para os devidos efeitos se consigna que os Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, pelas 16 horas e quinze minutos retiraram-se da reunião, em oposição à realização da mesma.

O Sr. Vereador Álvaro Leal, apesar da manifestação anterior de não concordância com a convocatória da presente reunião, manteve-se presente na mesma, tendo participado na deliberação de todos os assuntos.

4  
Hélio Gsl  
N

**DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:**

**1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017.**

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração prévia:

“Voto contra, em sinal de protesto, por considerar que a reunião foi mal convocada. Solicito que o meu voto seja considerado como voto de vencido.”

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Sra. Presidente e dos Vereadores Srs. Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires e, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, documento que constitui parte integrante da presente ata, no sentido de ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal a revisão ao orçamento municipal de 2017, nos seguintes moldes:

Na Receita Orçamental:

Abertura da rubrica:

12 Passivos financeiros

1206 Empréstimos MLP

120601 Sociedades e quase sociedades não financeiras

12060101 Públicas

1206010101 FAM - Fundo de apoio municipal no valor de 10 611 281.00€

Por contrapartida da diminuição da rubrica:

12 Passivos financeiros

1206 Empréstimos MLP

120604 Adm.Pub-Adm.Central-Serv. Fundos Autónomos

12060401- FAM – Fundo de apoio municipal no valor de 10 611 281.00€

Na Despesa Orçamental:

Para os Juros:

Abertura da rubrica:

03 Juros e outros encargos

0301 Juros da dívida pública

030102 Sociedades e quase sociedades não financeiras públicas

03010201 PAM – Programa de Apoio Municipal no valor de 155 862.00€

Diminuição da rubrica:

03 Juros e outros encargos

0301 Juros da dívida pública

030105 Adm.Pub.Admin.central-Estado

03010502 Empréstimos de MLP

0301050202PAM-Programa de Apoio Municipal no valor de 155 862.00€

Para o Capital:

Abertura da rubrica:

10 Passivos financeiros

1006 Empréstimos de MLP

100602 Sociedades e quase sociedades não financeiras públicas

10060201 PAM-Programa de Apoio Municipal no valor de 0.01€

Diminuição da rubrica:

6  
Héuicost  
A

10 Passivos financeiros

1006 Empréstimos de MLP

100605 Administração Pub.-Adm. Central- Estado no valor de 0.01€

## ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração prévia:

"Voto contra, em sinal de protesto, por considerar que a reunião foi mal convocada. Solicito que o meu voto seja considerado como voto de vencido."

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Sra. Presidente e dos Vereadores Srs. Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires e, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de serem atualizadas todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório do orçamento municipal para 2018, em 1.4%, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente proposta do Orçamento Municipal, as Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2018 e o Quadro Plurianual Municipal para o horizonte temporal 2018-2021, previsto no artigo 44.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e submeter a proposta à Assembleia Municipal, para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove, após parecer prévio pelo FAM, ao orçamento municipal para 2018, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

7  
—  
Héucl  
A

## MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2018.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração prévia:

“Voto contra, em sinal de protesto, por considerar que a reunião foi mal convocada. Solicito que o meu voto seja considerado como voto de vencido.”

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Sra. Presidente e dos Vereadores Srs. Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires e, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino Viegas, no sentido de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 29.º n.º 4 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do disposto nos artigos 33.º n.º 1 alínea c) e 25.º n.º 1 alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de Mapa de Pessoal do Município de Vila Real de Santo António para o ano de 2018, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

## FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração prévia:

“Voto contra, em sinal de protesto, por considerar que a reunião foi mal convocada. Solicito que o meu voto seja considerado como voto de vencido.”

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Sra. Presidente e dos Vereadores Srs. Luís Romão, Carla Sabino e Rui Pires e, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser fixada a taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis no valor de 0.8% para prédios rústicos e de 0.45% para prédios avaliados no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, autorizar a majoração em 30% da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados na zona histórica de Vila Real de Santo António e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.



## PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração prévia:

"Voto contra, em sinal de protesto, por considerar que a reunião foi mal convocada. Solicito que o meu voto seja considerado como voto de vencido."

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Sra. Presidente e dos Vereadores Srs. Luís Romão, Carla Sabino e Rui Pires e, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser aprovada uma participação variável de 5% dos Sujeitos Passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida de deduções previstas no nº1 do Artigo 78º do CIRS, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

## LANÇAMENTO DA DERRAMA.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração prévia:

“Voto contra, em sinal de protesto, por considerar que a reunião foi mal convocada. Solicito que o meu voto seja considerado como voto de vencido.”

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Sra. Presidente e dos Vereadores Srs. Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires e, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizado o lançamento de uma derrama no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

## TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração prévia:

"Voto contra, em sinal de protesto, por considerar que a reunião foi mal convocada. Solicito que o meu voto seja considerado como voto de vencido."

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Sra. Presidente e dos Vereadores Srs. Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires e, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser aprovada a Taxa Municipal de Direito de Passagem para 2018, como compensação pelos direitos e encargos relativos à implementação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privados municipais. Ficou também aprovado que, em conformidade com o que é praticado por outros Municípios, e desde a sua criação, a taxa a vigorar para o ano de 2018 seja de 0,25% sobre cada fatura emitida para todos os clientes finais do Município de Vila Real de Santo António, e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, documento que faz parte integrante da presente ata.

REPARAÇÕES A EFETUAR NA EMPREITADA DE CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - ACIONAMENTO DE CAUÇÕES.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração prévia:

"Voto contra, em sinal de protesto, por considerar que a reunião foi mal convocada. Solicito que o meu voto seja considerado como voto de vencido."

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Sra. Presidente e dos Vereadores Srs. Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires e, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizado o acionamento das garantias da obra, prestadas a título de caução, para correção das patologias identificadas, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

## REPARAÇÕES NA EMPREITADA DA ESCOLA DE SANTO ANTÓNIO - ACIONAMENTO DE CAUÇÕES.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração prévia:

“Voto contra, em sinal de protesto, por considerar que a reunião foi mal convocada. Solicito que o meu voto seja considerado como voto de vencido.”

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Sra. Presidente e dos Vereadores Srs. Luís Romão, Carla Sabino e Rui Pires e, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizado o acionamento das cauções da empreitada, para correção das patologias identificadas, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

14  
Hélio Gosh  
H

## REGULAMENTO INTERNO DE IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração prévia:

"Voto contra, em sinal de protesto, por considerar que a reunião foi mal convocada. Solicito que o meu voto seja considerado como voto de vencido."

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Sra. Presidente e dos Vereadores Srs. Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires e, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser aprovado o Regulamento Interno de Implementação e Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

15  
—  
Hélio Gsl  
X

## COEFICIENTE DE ATUALIZAÇÃO DE RENDAS PARA VIGORAR EM 2018.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração prévia:

“Voto contra, em sinal de protesto, por considerar que a reunião foi mal convocada. Solicito que o meu voto seja considerado como voto de vencido.”

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Sra. Presidente e dos Vereadores Srs. Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires e, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizada a aplicação do Coeficiente de Atualização dos diversos tipo de arrendamento urbano para vigorar no ano civil de 2018 é de 1,0112 a todos os contratos em vigor nos imóveis propriedade do Município com exceção dos contratos de arrendamento efetuados há menos de um ano, bem como, os contratos celebrados em momento anterior à entrada em vigor no NRAU constante do Decreto-Lei n.º 321-B/90 de 15 de outubro, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, DE GESTOR LOCAL DE ENERGIA – RENOVAÇÃO 2017 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração prévia:

“Voto contra, em sinal de protesto, por considerar que a reunião foi mal convocada. Solicito que o meu voto seja considerado como voto de vencido.”

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Sra. Presidente e dos Vereadores Srs. Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires e, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto de acordo com o nº 1 e 8 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para renovar o contrato da prestação de serviços de Gestor Local de Energia, de acordo com a legislação em vigor para o setor energético, passou a ser obrigatório, para os organismos da Administração Pública, a nomeação de um responsável pela área da energia, que se encarregue da gestão e implementação de medidas que assegurem o aumento da eficiência energética, pelo período de 1 (um) ano, com a entidade HTC – High Tech Consulting, Lda., e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se solicite autorização à Assembleia Municipal, a realização da renovação deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente declarada encerrada a reunião, pelas dezasseis horas e cinquenta minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Hélio Marina Mesmo Vicente de Posh Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, em regime de substituição, a redigi, subscrevo e assino.

Maria da Amélia Costa

Hélio Gonçalves